

Senado vota negociação da dívida

■ Credores aceitam reescalonar 95,11% do débito, mas restam problemas com o FMI

SÔNIA FILGUEIRAS

BRASÍLIA — A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado deve votar na próxima quarta-feira as escolhas feitas pelos bancos credores internacionais entre os vários instrumentos de pagamentos oferecidos pelo governo brasileiro. As opções feitas pelos credores já alcançam 95,11% da dívida a ser reescalonada, estimada em US\$ 35 bilhões. A aprovação do protocolo pelo Senado, entretanto, não encerra a questão.

Dois obstáculos têm ainda que ser superados: a família Dart e o Fundo Monetário Internacional, segundo revelaram ao **JORNAL DO BRASIL** o negociador da dívida externa, André Lara Resende, e o diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Gustavo Franco.

A família Dart (um grupo industrial norte-americano) é o quarto credor individual do país, detém US\$ 1,4 bilhão em créditos contra o Brasil e recusa-se a obedecer os parâmetros acertados com o Comitê

dos Bancos Credores Internacionais. Por esses parâmetros, os credores privados não poderiam converter volume superior a 40% dos créditos em bônus ao par (título com juros fixos, mas sem garantia de desconto inicial) e teriam que alocar no mínimo 35% deles em bônus de desconto (juros flutuantes e com desconto inicial de mais de um terço — 35% — do valor convertido).

O grupo Dart quer trocar integralmente os seus créditos por bônus de capitalização (20 anos de prazo, carência de 10 anos e juros de até 8% ao ano), o que significaria a abertura de uma exceção, considerada perigosa pelo governo brasileiro. Na falta de um acordo, porém, os Dart poderiam acionar o Brasil judicialmente e as consequências seriam imprevisíveis, disse André Lara Resende.

FMI — A falta de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) já obrigou o governo a adiar de 30 de novembro para 28 de fevereiro a data de emissão dos novos bônus. O Brasil precisa do dinheiro

A situação da dívida externa brasileira

Dívida total (dez de 1992) US\$ 135,047 bilhões

Setor Público	US\$ 95,141 bilhões
Setor Privado	US\$ 39,906 bilhões

Dívida registrada total US\$ 109,933 bilhões

Setor público	US\$ 88,373 bilhões
Setor privado	US\$ 21,560 bilhões

Dívida registrada do setor público por credor

Clube de Paris	US\$ 18,277 bilhões
Bancos estrangeiros	US\$ 48,280 bilhões
Bird, BID e FMI	US\$ 9,340 bilhões

Evolução da dívida externa total

1989	US\$ 115,096 bilhões
1990	US\$ 123,439 bilhões
1991	US\$ 123,910 bilhões
1992	US\$ 135,047 bilhões

das instituições internacionais — FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial — para alocar as garantias do acordo com os bancos. Esses recursos só sairão depois do acordo com o Fundo.

O país precisará de US\$ 4,4 bilhões para comprar títulos do Tesouro norte-americano, que garan-

tirão o pagamento da dívida com os bancos. Na primeira fase de implementação do acordo, serão necessários US\$ 2,8 bilhões e as instituições entrarão com a metade, US\$ 1,4 bilhão. “O FMI é a chave de tudo”, afirma Gustavo Franco. Do acordo com o fundo depende o acerto com os governos credores reunidos no Clube de Paris.